

# Política externa do governo Geisel (1974 – 1979): análise realista neoclássica

---

*Foreign policy of Geisel's government (1974 - 1979):  
neoclassical realism analysis*

Gabriel Fernandes Pimenta

## RESUMO

O artigo analisa a política externa do governo Geisel (1974 – 1979) sob o marco teórico do realismo neoclássico. Seu objetivo é compreender, a partir de uma teoria sistêmica das Relações Internacionais, um período de intensa atividade nas relações exteriores do Brasil, marcado por atos de grande alcance, como o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental e a interação descoordenada com os Estados Unidos, além de outros aparentemente contraditórios com o regime militar, como o estabelecimento de relações diplomáticas com a China e Angola, países socialistas. Segundo o realismo neoclássico, as características sistêmicas, aliadas à dotação de capacidades das unidades, definem a política externa dos Estados. Adota-se como variável interveniente o formato institucional da tomada de decisão. Segundo a hipótese formulada, a expansão das capacidades materiais leva o Estado a expandir suas ações de política externa. O estudo, que confirma a hipótese, baseou-se na análise de indicadores econômicos e militares, além de fontes primárias e secundárias sobre a tomada de decisão em política externa.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira; Análise de Política Externa; Realismo Neoclássico; Pragmatismo Responsável

## ABSTRACT

The article analyzes the foreign policy of Geisel's government (1974 - 1979) under the theoretical framework of neoclassical realism. Its goal is to comprehend, from a systemic theory of International Relations, a period of intense activity in foreign affairs of Brazil, marked by acts of far-reaching, as the nuclear deal with West Germany and uncoordinated interaction with the United States, and others apparently contradictory with the military regime, as the establishment of diplomatic relations with China and Angola, socialist countries. According to the neoclassical realism, the systemic features, together with the allocation of unity capacities, define the foreign policy of states. It is adopted as an intervening variable institutional format of decision making. According to the proposed hypothesis, the expansion of material capabilities leads the state to expand its foreign policy actions. The study, which confirms the hypothesis, is based on the analysis of economic and military indicators, as well as primary and secondary sources on the decision-making in foreign policy.

Recebido em:  
10 de setembro de 2015  
Aprovado em:  
22 de abril de 2016

A presidência de Ernesto Geisel (1974-1979) é um dos períodos mais férteis da política externa brasileira. O aparente viés contraditório de um regime autoritário de direita que se afasta dos Estados Unidos e inicia relações com a China socialista, apoia a descolonização portuguesa na África e a reverte a política de cordialidade oficial com a Argentina evidencia a relevância do recorte. A densidade do período justifica o número de estudos a ele dedicados. Variando entre cortes metodológicos, temáticos e regionais, trabalhos sobre o chamado Pragmatismo Responsável abundam<sup>1</sup>. Tendo em vista a multiplicidade de estudos do período Geisel, qual a possível nova contribuição para um tema tratado em diversas formas e áreas?

1. Entre os trabalhos de escopo mais amplo, nos quais há trechos sobre o período Geisel, podemos listar Barreto (2006), Cervo e Bueno (2008) e Vizontini (2004). Entre os trabalhos que abordam o período Geisel de maneira específica estão Cunha e Farias (2011), Hermann (2005a), Lessa (1995, 1997, 1998a, 1998b), Lima (2013), Mendonça e Miyamoto (2011), Pinheiro (1993, 1994, 2007), Saraiva (1990a, 1990b), Spektor (2002, 2004). Trabalhos que abordam o período Geisel por meio de recortes temáticos são Dávila (2011), Dreifuss e Dulci (2008), Fares (2007), Fonseca Júnior (1998), Leite (2011), Ligiéro (2011), Santana (2003), Spektor (2009), Svartman (2011).

Espera-se justificar a pesquisa por meio de dois argumentos. O primeiro é a utilização ainda inédita do Realismo Neoclássico como marco teórico para a análise do governo Geisel. O marco congrega a perspectiva sistêmica da vertente neorrealista, focada nas capacidades dos atores, e a abertura para a análise histórica e qualitativa do realismo clássico, que matiza a rigidez estruturalista em prol da integração entre as agendas de Teoria de Relações Internacionais e a Análise de Política Externa (ROSE, 1998; STERLING-FOLKER, 1997; LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009). A integração entre níveis de análise e elementos não-sistêmicos leva ao desenvolvimento de variáveis classificadas como condições permissivas, determinantes e catalisadoras dos processos estudados (GEORGE; BENNETT, 2005; VAN EVERA, 1997). A compreensão do período, especialmente quanto à integração da atuação brasileira em um quadro internacional amplo, pode ser ampliada por meio do Realismo Neoclássico.

Uma segunda justificativa do trabalho é a atualização de referências, contando com fontes primárias recentemente liberadas para consulta pública. Depoimentos de indivíduos-chave para a construção da política externa do período, como o chanceler Azeredo da Silveira e o general Sylvio Frota, então Ministro da Guerra, são integrados à narrativa<sup>2</sup>. As atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional também servem como base de consulta, dando contribuição fundamental para a análise da estrutura decisória do governo Geisel.

2. Também integrados à pesquisa e de publicação recente estão os depoimentos dos diplomatas Ramiro Saraiva Guerreiro, Luiz Felipe Lampreia, Ovídio Melo e João Baena Soares.

Como pressuposto do trabalho está a noção realista neoclássica de que as alterações relativas na distribuição de capacidades entre unidades do sistema geram alterações de comportamento por parte dos Estados. O aumento de poder militar e econômico dá aos Estados mais possibilidades de ação; a conversão do poder militar e econômico em ações é, contudo, filtrada por variáveis intervenientes, como a estrutura burocrática do Estado ou sua capacidade de mobilização de recursos (SCHWELLER, 2003; ROSE, 1998). O arcabouço conceitual leva à hipótese de que o Brasil, ao longo do período analisado, agiu de forma mais desenvolta no sistema internacional em consequência das possibilidades abertas pela aquisição de capacidades militares e econômicas. A concentração institucional das decisões de política externa na presidência e na cúpula do Ministério das Relações Exteriores serviu como variável interveniente facilitadora do processo.

O trabalho é dividido em cinco partes. Após a introdução, há o estabelecimento do marco teórico e conceitual que orienta a pesquisa. Em seguida, a leitura sistêmica do meio internacional na década de 1970, com ênfase nos indicadores de poder econômico e militar. Na seção seguinte,

os principais temas da política externa do governo Geisel serão cotejados a evidências sobre o processo decisório em política externa. O segmento final consolidará as informações levantadas à guisa de conclusão.

#### Arcabouço teórico-conceitual .....

O sistema internacional é caracterizado pela anarquia, consubstanciada na ausência de estruturas governativas centrais, hierarquicamente superiores aos Estados<sup>3</sup>. Conseqüentemente, o objetivo primeiro destes é assegurar a própria sobrevivência, com óbvias preocupações securitárias, que condicionam sua inserção internacional (WALTZ, 1979). Além de determinarem a dinâmica sistêmica, estas características servem como parâmetros gerais de delineamento da ação internacional das unidades, uma vez que “[...] o escopo e a ambição da política externa de um país são dirigidos primeira e principalmente por seu lugar no sistema internacional e especificamente por suas capacidades materiais relativas.” (ROSE, 1998, p. 146, tradução nossa).

Uma possibilidade de compreender o comportamento das unidades, em vista da vigência de princípios sistêmicos gerais, é por meio da inserção de elementos intervenientes. Se o neorrealismo se limitava a ser uma teoria de política internacional, desenvolvimentos recentes da tradição realista permitem avançar no campo do estudo de política externa com novos elementos nos níveis inferiores de análise (WALTZ, 1996; KITCHEN, 2010).

A definição da política externa enquanto a soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente nas Relações Internacionais centra a análise nos Estados (HILL, 2003; HUDSON, 2007). As propostas conceituais de Allison (1969) são uma ferramenta de análise congruente com a perspectiva realista estrutural das Relações Internacionais, segundo a qual os Estados respondem a demandas e limitações impostas pela lógica sistêmica<sup>4</sup>. A atuação dos Estados, nessa perspectiva, é resultado da soma das ações de organizações especializadas, como ministérios e exércitos, que agem majoritariamente determinados por procedimentos pré-estabelecidos. Este *modus operandi* limita as opções disponíveis a serem adotadas pelas organizações e, conseqüentemente, as opções decisórias dos líderes ao identificar os problemas, fornecer as informações e as opções de ação (ALLISON, 1969). Ao passo que as organizações permitem lidar com diversos temas simultaneamente e encontrar soluções para problemas que se repetem, elas também podem dificultar a ação ao limitarem as operações possíveis, agir de forma paroquial e não conseguirem se integrar umas às outras quando necessário. Uma decorrência da estrutura burocrática é a constatação de que o resultado da atuação das organizações depende também da disputa entre elas por poder e influência na implementação de programas dentro do Estado. Burocracias buscam implementar suas ideias e programas, com a probabilidade de ser bem sucedido dependendo de sua posição da organização dentro da hierarquia governamental (ALLISON, 1969).

O sistema anárquico constrange os atores e determina que aqueles que não propugnam por sua própria sobrevivência, adotando cursos

3. Dentro do atual debate teórico nas RI, mesmo os argumentos que buscam relativizar a anarquia exposta pela tradição realista convergem na identificação desta característica. Um exemplo é Donnely (2015), que busca desconstruir o termo anarquia, mas acaba por reforçar a centralidade da análise realista no avanço epistemológico do campo.

4. São três os modelos desenvolvidos por Allison (1969), porém, dispensaremos o paradigma da política racional, tendo em vista a abordagem de racionalidade contextual a ser abordada.

de política externa pouco eficientes, provavelmente serão eliminados (ONEA, 2012). A política externa, independentemente de sua elaboração, será eficiente caso forneça meios de sobrevivência em um ambiente anárquico. Em termos análogos aos estudos estratégicos, a anarquia sistêmica fornece os objetivos políticos dos Estados, enquanto cabe às políticas externas formular a estratégia, isto é, a organização dos meios disponíveis para a obtenção de um objetivo.

Ao considerar a tensão oposta entre forças internas e os imperativos sistêmicos, cabe supor, acerca das capacidades materiais dos Estados, que “o impacto de tais capacidades de poder na política externa é indireto e complexo, porque pressões sistêmicas devem ser traduzidas por meio de variáveis intervenientes no nível das unidades.” (ROSE, 1998, p.146, tradução nossa). O postulado serve tanto para relativizar a racionalidade dos atores quanto para integrar à análise a variabilidade entre arranjos institucionais dentro dos Estados.

O impacto simultâneo do ambiente e dos processos explicam porque as escolhas que os grupos fazem na anarquia são semelhantes, ainda que não idênticos. O ambiente explica as similaridades, uma vez que é uma variável imutável que, assim como o contexto no qual os atores e processos existem, exerce a mesma pressão sobre todos os atores. (STERLING-FOLKER, 1997, p. 20, tradução nossa)

A complexificação da perspectiva realista implica na perda de parcimônia<sup>5</sup>; há, porém, ganho de capacidade heurística por meio da abertura do escopo de análise para abranger unidades que não os Estados centrais do sistema. “[...] Variáveis do nível das unidades dificultam ou facilitam a habilidade de todos os tipos de Estados – grandes potências e Estados menores – para responder a imperativos sistêmicos” (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009, p. 4, tradução nossa). A ampliação preditiva é de grande relevância para compreender dinâmicas regionais e potências de menor escala, sendo fundamental para o caso brasileiro.

Os Estados, da perspectiva sistêmica, são entendidos como a entidade complexa encarregada pela condução do aparelho de segurança nacional e da política externa, servindo como elo entre o sistema internacional e o resto do aparelho governamental. O grupo é autônomo em relação à sociedade como um todo, mas necessita “[...] barganhar com os atores domésticos [...] com o objetivo de colocar políticas em prática e extrair recursos para implementar escolhas políticas.” (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009, p. 25, tradução nossa). Logo, o desenho institucional do Estado influencia a condução da política externa e as reações do país às pressões do sistema internacional – um aparelho executivo insulado dos demais atores políticos e societários pode implementar suas decisões com maior facilidade (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009, 2009).

A inserção de variáveis intervenientes resulta na possibilidade de relativizar o pressuposto de racionalidade dos agentes (ROSE, 1998). Tendo em vista contextos de distorção e incompletude de informações, além de percepções matizadas por traços institucionais e históricos, cabe colocar que “[...] Escolhas não são selecionadas porque são objetivamente mais racionais, mas porque elas fazem sentido para os atores, dados os seus contextos.” (STERLING-FOLKER, 1997, p. 20, tradução nossa).

5. O significado denotativo da palavra “parcimônia” indica “a qualidade ou característica do que é parco”, contudo, fazemos uso do vocábulo em referência à *lex parsimoniae* (também conhecido como o princípio da Navalha de Occam), que postula que entre explicações concorrentes, deve-se optar por aquela que apresenta menos elementos variáveis.

Uma segunda variável interveniente é a capacidade estatal de mobilização de recursos. “Levantamentos simples da distribuição internacional do poder são inadequados [...] porque os líderes nacionais podem não ter fácil acesso ao total dos recursos de poder material do país” (ROSE, 1998, p. 161, tradução nossa). O acesso aos recursos, definido pelo desenho institucional do regime interno, e a necessidade de mobilização, definida pelo grau de ameaças externas, estipulam a velocidade com que Estados buscam a inovação ou reproduzem as práticas de desenvolvimento militar, tecnológico e de governança de outros Estados tidos como melhor sucedidos. Estados cujo desenho institucional favorece o uso das capacidades materiais pela máquina administrativa e que padecem de grande vulnerabilidade externa são os mais propensos a se reformarem com o objetivo de adquirirem poder nos termos do sistema internacional<sup>6</sup>. Em situação oposta, Estados com baixa capacidade de extração e mobilização de recursos e que não sofrem ameaças externas imediatas não possuem incentivos para buscar a inovação ou a emulação de práticas bem sucedidas (TALIAFERRO, 2009).

A principal asserção preditiva formulada pelo conjunto das variáveis é que a expansão nas capacidades materiais relativas de um país provavelmente levará à expansão da ambição e escopo de sua atividade em política externa – mas a velocidade desse processo dependerá não apenas das condições materiais simples, mas de sua capacidade de mobilização e implementação de *policies*, assim como da percepção que os tomadores de decisão daquele Estado possuem do sistema internacional. Esse desenvolvimento permite “explicar casos ‘isolados’ que parecem desafiar a lógica realista, isto é, casos nos quais o comportamento nacional desvia-se das predições da teoria da balança de poder” (SCHWELLER, 2003, p. 340, tradução nossa).

#### O sistema internacional

A natureza sistêmica do ambiente internacional, definida abstratamente pelo marco teórico da pesquisa como uma bipolaridade, é consubstanciada no contexto da Guerra Fria, cabendo as adaptações necessárias a uma ciência histórica (WOHLFORTH, 2000; HOBSON, LAWSON, 2008). Em termos de distribuição de poder, “[...] o sistema bipolar durou três décadas porque nenhum terceiro Estado foi capaz de desenvolver capacidades comparáveis àquelas dos Estados Unidos e da União Soviética” (WALTZ, 1979, p. 162, tradução nossa). A leitura do sistema enquanto bipolar, à luz da pesquisa historiográfica, mesmo com a variabilidade proporcionada pelos processos históricos, é sustentada. Ainda que tenha havido variações na distribuição de capacidades materiais entre os Estados, assim como crises em que a distribuição de capacidades não pareceu determinante, houve a centralidade de Estados Unidos e União Soviética na determinação da política internacional do período (LEFFLER, PAINTER, 2005; GADDIS, 2006; LEFFLER, WESTAD, 2010).

A análise de indicadores brutos complementa a revisão. Os gastos militares das duas superpotências são superiores aos de qualquer outro Estado – na década de 1970, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS)

6. Prática também denominada como *internal balancing*, isto é, o ganho de poder por meios próprios, sem recurso à agressão externa.

se alternavam nas primeiras colocações do ranking, superando em muito o dispêndio chinês, terceiro maior gasto. (ver Tabela 1). A situação de bipolaridade se reforça se considerarmos as capacidades nucleares dos Estados. Enquanto EUA e URSS possuem dezenas de milhares de artefatos e detém mísseis balísticos de alcance intercontinental (ICBM) desde a década de 1960; o Reino Unido, terceiro colocado, conta com centenas de ogivas e não dispõe da tecnologia ICBM (NORRIS; KRISTENSEN, 2006).

Tabela 1 - Gasto militar total – ranking mundial (US\$ milhões - valor constante 1978) (continua)

Ano – 1970			Ano – 1973			Ano – 1976			Ano - 1979		
1	Estados Unidos	128.844	1	União Soviética	140.478	1	União Soviética	158.225	1	União Soviética	166.669
2	União Soviética	127.762	2	Estados Unidos	112.094	2	Estados Unidos	103.303	2	Estados Unidos	112.394
3	China	32.933	3	China	35.048	3	China	35.980	3	China	38.497
4	Alemanha Ocid.	17.204	4	Alemanha Ocid.	20.169	4	Alemanha Ocid.	20.887	4	Alemanha Ocid.	21.773
5	França	14.450	5	França	14.960	5	França	16.882	5	França	19.270
6	Reino Unido	12.401	6	Reino Unido	14.159	6	Reino Unido	14.757	6	Reino Unido	15.139
7	Polônia	6.009	7	Polônia	7.105	7	Irã	11.047	7	Arábia Saudita	13.240
8	Itália	5.178	8	Japão	6.841	8	Arábia Saudita	10.233	8	Japão	9.748
9	Japão	5.153	9	Itália	6.237	9	Japão	7.913	9	Polônia	7.778
10	Alemanha Orie.	5.007	10	Alemanha Orie.	5.622	10	Polônia	7.847	10	Itália	6.619

Fonte: (STATE, 1982)

O número de efetivos nas forças armadas reforça a relevância militar soviética. No início da década URSS e EUA lideram o ranking de membros das forças armadas. Há o crescimento dos efetivos militares chineses até o fim da década, quando o país se aproxima das cifras soviéticas – em 1979, a URSS possui 4.8 milhões de pessoas nas forças armadas, enquanto a China conta com 4.5 milhões. A terceira posição estadunidense, que poderia matizar a caracterização bipolar, deve ler lida sob a ressalva de que, ao contrário de União Soviética e China, o país é geograficamente distante dos principais focos de instabilidade geopolítica. O desengajamento das forças estadunidenses no Vietnã leva à redução de efetivos, que, ainda assim, permanecem na casa de dois milhões de soldados (ver Tabela 3).

A situação bipolar do sistema internacional tem implicações para a análise da conjuntura internacional do período e para o caso brasileiro, inferidas a partir da própria teoria realista. “[...] Em um mundo bipolar, os líderes [das superpotências] são livres para definir suas ações sem ceder aos desejos de membros menores da aliança. Pela mesma lógica, os últimos são livres para não seguir a política que foi adotada.” (WALTZ, 1979, p.184, tradução nossa). Essa possibilidade é entrevista, empiricamente, em comportamentos relativamente independentes quanto à clivagem bipolar.

Tabela 4 - Efetivo militar (milhares de pessoas)

Ano – 1970			Ano – 1973			Ano – 1976			Ano – 1979		
1	União Soviética	4.300	1	União Soviética	4.500	1	União Soviética	4.600	1	União Soviética	4.800
2	Estados Unidos	3.070	2	China	3.250	2	China	4.300	2	China	4.500
3	China	2.850	3	Estados Unidos	2.250	3	Estados Unidos	2.100	3	Estados Unidos	2.047
4	Índia	1.550	4	Índia	1.620	4	Índia	1.440	4	Índia	1.104
5	Coreia do Sul	645	5	Coreia do Sul	634	5	Coreia do Sul	610	5	Turquia	717
6	França	570	6	França	560	6	Paquistão	604	6	Coreia do Norte	678
7	Turquia	540	7	Turquia	545	7	França	585	7	Coreia do Sul	600
8	Alemanha Ocid.	510	8	Itália	520	8	Coreia do Norte	500	8	França	575
9	Coreia do Norte	438	9	Alemanha Ocid.	505	9	Alemanha Ocid.	495	9	Itália	500
10	Itália	435	10	Coreia do Norte	470	10	Turquia	460	10	Alemanha Ocid.	495
12	Brasil	375	12	Brasil	420	11	Brasil	450	11	Brasil	450

Fonte: (STATE, 1982).

A margem de manobra para os Estados de menor capacidade permitiu que estes expandissem suas ações. Na Europa, o gaullismo buscou se dissociar do arranjo militar da OTAN e a *Ostpolitik* alemã se aproximou dos Estados socialistas (MOCKLI, 2008; BOZO, 2010). A Índia voltou-se para a dinâmica de segurança regional, desenvolvendo aparato nuclear próprio. Na África, as elites políticas dos Estados em formação buscavam usar o alinhamento geopolítico extracontinental para consolidar seus projetos de poder. (FREY, 2006; GADDIS, 2006; SARAIVA, 2001).

Na América Latina houve iniciativas de reajuste da dinâmica política internacional, incentivadas pela consolidação dos processos de industrialização por substituição de importações (BRANDS, 2008; HOBBSAWM, 1995). O México aproximou-se de países socialistas como Cuba e Chile da presidência Allende. A Venezuela, beneficiada pela alta dos preços do petróleo, estabeleceu relações com Estados socialistas, se aproximou dos países árabes e liderou a tentativa de estabelecer um diálogo Norte-Sul nos âmbitos continental e global, além de ter incentivado o Sistema Econômico Latino-Americano. (GADDIS, 2006; LIMA; KFURI, 2007; SARAIVA, 2001). A bipolaridade sistêmica foi fértil para iniciativas dos Estados menos potentes das mais diversas regiões. O quadro é teoricamente permissivo à expansão de Estados de menor capacidade e serve de base para a leitura da política externa brasileira do período (ONEA, 2012).

Estado e política externa no governo geisel .....

O regime burocrático-militar instaurado pelo golpe de 1964 oscilou entre normalização institucional e autoritarismo arbitrário, ambiguidade

que pode ser creditada à divisão dentro das próprias Forças Armadas. A linha oficialista congregava os militares próximos das elites liberais, assim como os oficiais burocratas, enquanto a linha dura contava com os militares que defendiam as soluções políticas autoritárias (DREIFUSS; DULCI, 2008; CRUZ; MARTINS, 2008). A perspectiva nacionalista de direita, inspirada pela noção de modernização conservadora e associada à linha dura, prevaleceu após a escolha do general Costa e Silva para a presidência em 1967. Após 1968 o regime foi sustentado pelos militares, responsáveis pelo subsistema de segurança, e pelos tecnocratas, responsáveis pelo sistema de administração. Esta associação dava a alguns setores do aparelho governamental grande autonomia institucional, caso dos ministérios da área econômica e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) (GÓES, 1978; ALMEIDA, 2008).

Dois processos marcam os anos entre 1968 e 1973: o elevado crescimento econômico e o recrudescimento do autoritarismo. No período, o Brasil teve taxas médias de crescimento do PIB de 11%. As importações brasileiras subiram 330% e as exportações, 275%, puxadas pela venda de bens manufaturados, com alta de 639%. A média da participação da formação bruta de capital físico (FBKF) no PIB período foi de 19,5%, sendo que, desses, 6,5% eram de responsabilidade do setor público. (HERMANN, 2005b). O autoritarismo é agravado pelo o Ato Institucional 5 (AI-5), que consolida o poder da linha dura, retira parte dos direitos individuais e conduz grupos opositores à clandestinidade e resistência armada (COUTO, 1998; SKIDMORE, 1988; CHIRIO, 2012).

O general Ernesto Geisel toma posse como presidente em março de 1974. Considerado um oficial de posições políticas moderadas, ele compôs o núcleo de seu gabinete com outros oficiais da linha oficialista, como o general Golbery do Couto e Silva na chefia da Casa Civil e o general João Baptista Figueiredo à frente do Serviço Nacional de Informações (SNI) (FAUSTO, 2010). A maior parte dos ministérios foi ocupada por técnicos com pouca atuação política profissional<sup>7</sup>. A administração Geisel apresentava como objetivos não perder apoio dentro da corporação militar, controlar ameaças ao regime, promover um eventual retorno ao regime democrático e manter o crescimento econômico (SKIDMORE, 1988).

A meta econômica foi concluída com relativo sucesso. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi um conjunto de investimentos públicos lastreados em capital externo, destinados a superar as limitações ao desenvolvimento. O crescimento médio do PIB no período foi de 6,7%, permitindo mudanças estruturais na produção brasileira, como a tentativa de desconcentração espacial da produção econômica e os investimentos públicos nos setores de insumos e máquinas para reduzir a dependência externa. A expansão foi limitada pela alta nos preços do petróleo em 1973, mas possível graças à abundância de capital disponível no mercado externo, e resultou na participação estatal de 24% na FBKF do período. O país saltou de décimo-quarto para nono maior produtor mundial de energia, assim como de décimo quinto para nono maior consumidor mundial, segundo entre os países em desenvolvimento, atrás apenas da China (WORLD DEVELOPMENT INDICATORS, 2013). O Brasil se tornou a nona maior economia mundial, e a maior dos países

7. Os únicos ministros que haviam previamente ocupado cargos eletivos eram Armando Falcão, ministro da Justiça, e Ney Braga, ministro da Educação.

do então chamado Terceiro Mundo (HERMANN, 2005a). A forte participação estatal na reestruturação econômica do país é um incentivo à ação externa, conforme aponta Taliaferro (2009), já que garante ao Estado a capacidade de mobilização de recursos essenciais.

A população brasileira aumentou em 23 milhões de habitantes ao longo da década, chegando aos 119 milhões, ultrapassando o Japão como o sétimo país mais populoso do planeta (WORLD DEVELOPMENT INDICATORS, 2013). O número de efetivos das três forças armadas passou de 375 mil pessoas em 1970 para 420 mil em 1973 e, a partir de 1976, estabilizou-se em 450 mil, passando de décimo segundo para décimo primeiro colocado mundial em número de membros das organizações militares. Houve aumento do gasto militar, de US\$ 1,4 bilhão de dólares em 1970 para US\$ 1.8 bilhão em 1973 e US\$ 2.1 bilhões em 1976; os dados de 1979, contudo, mostram retração no fim do período, para US\$ 1.5 bilhão<sup>8</sup> (STATE, 1982).

8. Todas as cifras em dólares – valor de 1978

Os outros objetivos listados por Skidmore (1988) estão interligados. O retorno ao regime democrático não ocorreria sem o controle dos militares da linha dura, tarefa condicionada tanto pela autocontenção das Forças Armadas, no sentido de se limitar a desempenhar as funções ligadas à segurança nacional, quanto pela supressão dos atos vistos pelos militares como subversivos.

O ministro do Exército Sylvio Frota expressava publicamente sua preocupação com os rumos da revolução<sup>9</sup>, dando sinais do risco de sedição nos quartéis. A subversão militar foi solucionada por duas trocas em postos de comando. Em janeiro de 1976, o general Ednardo Mello foi substituído pelo general Dilermando Monteiro no comando do II Exército, sediado em São Paulo. Em outubro de 1977, após a continuidade de episódios de insubordinação das Forças Armadas, o general Frota foi demitido do cargo de ministro e substituído pelo general Fernando Belfort Bethlem. Ambas as substituições foram efetivadas pelo presidente sem deliberação formal em outras instâncias decisórias, sinalizando o grau de centralização do regime (SKIDMORE, 1988; CHIRIO, 2012; FROTA, 2006).

9. O termo “Revolução” era utilizado pelos militares para definir o golpe de 1964 e o regime subsequentemente implantado.

Apesar do processo de abertura política controlada resultante ao final do período, concluído na presidência Figueiredo, a presidência Geisel foi um dos períodos de maior concentração de poder da história republicana. Compreender o processo que levou a esta centralização é fundamental também para explicar a política externa do período.

O regime militar sustentava-se sobre três pilares jurídicos: o AI-5, a Lei de Segurança Nacional de 1969 e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969. Os dois primeiros garantiam amplas capacidades ao presidente para a proteção da integridade do território e do regime; seus artigos, todavia, não definem claramente quais seriam tais riscos (BRASIL, 1968). Havia, portanto, uma estrutura política constrangida pela possibilidade constante de ampla interferência presidencial.

O Conselho de Segurança Nacional (CSN), oficialmente o órgão de mais alto nível sobre temas de segurança nacional, possuía função consultiva, que pode ser constatada pelo fato de que o presidente Geisel tomou sozinho, sem deliberação no CSN, as decisões relativas às exonerações dos generais Ednardo Mello e Sylvio Frota. O fechamento do congresso

em 1977 foi tratado no CSN; a função do órgão, contudo, foi de propiciar aos ministros oportunidade de sugerir como proceder, uma vez que o ato fora previamente decidido (BRASIL, 1969; D'ARAÚJO; CASTRO, 1997; GASPARI, 2004; GÓES, 1978). Os estudos de política externa elaborados pelo CSN se baseavam em informações geradas no MRE e raramente levavam a deliberações por meio de voto (GÓES, 1978).

Geisel realizou dezesseis consultas ao CSN, três delas sobre temas de política externa. A primeira, em abril de 1974, tratou do restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China. Segundo a ata da consulta, após a exposição de motivos apresentada pelo ministro Azeredo da Silveira, os pareceres ministeriais apontavam para um consenso favorável. Depoimentos de participantes indicam a fabricação do consenso por meio de ação prévia do presidente, com comunicações individuais aos ministros (BRASIL, 1974; GÓES, 1978; PINHEIRO, 1993; SPEKTOR, 2010).

As demais consultas ao CSN sobre política externa foram a consulta 38, de maio de 1975, sobre a adesão brasileira ao Tratado da Antártida; e a consulta 41, de novembro de 1975, que tratou da cessão de uma pequena ilha fluvial ao Paraguai e o estabelecimento definitivo da soberania brasileira sobre outra. (BRASIL, 1975a; 1975c). A consulta 39, de abril de 1975, tratou do estabelecimento da regulação dos depósitos nacionais de materiais nucleares, tema que tangenciou dos eventos relevantes da política externa do período (BRASIL, 1975b). Em todas consta a aprovação consensual das medidas propostas nas exposições de motivos, mas não há informações sobre a interferência do presidente ou de outros atores na formação do resultado.

A Emenda Constitucional Nº 1 indica a total centralidade do presidente nos temas de política externa, com possibilidade de delegação de funções ao ministro das Relações Exteriores (BRASIL, 1969; BRASIL, 1961). Quanto à concepção da política externa, há indícios de que Geisel definiu suas linhas gerais, escolhendo o embaixador Azeredo da Silveira como chanceler por ser o profissional de carreira cujas ideias mais se aproximavam às suas (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997; GUERREIRO, 2010). A condução pessoal da política externa pelo presidente mostra-se por meio de evidências factuais e depoimentos. O número de horas oficiais de despacho conjunto de Geisel e Silveira supera a de todos os outros ministros somados, havendo entre o chanceler e o presidente um canal de comunicação exclusiva. (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997; SPEKTOR, 2009; SPEKTOR, 2004). Segundo o embaixador João Clemente Baena Soares, “[...] Geisel lia tudo, até projeto de resolução [da Assembleia Geral das Nações Unidas]. Devolvia nossa informação toda rabiscada. Um presidente acompanhar a votação da Assembleia Geral da ONU, quer dizer que está engajado na política exterior.” (SOARES apud D'ARAÚJO et al. 2006, p. 49).

O MRE passou no período por mudanças que fortaleceram a centralidade do ministro em seu funcionamento. A reforma de 1976 criou oito divisões administrativas diretamente ligadas ao gabinete ministerial, algumas com amplos poderes de planejamento e supervisão da atuação externa. Azeredo da Silveira elevou o número de funcionários de seu gabinete, com o objetivo de transformá-lo no centro de planejamento mi-

nisterial, à revelia de outras instâncias, como a Secretaria-Geral (CASTRO, 1983; SPEKTOR, 2004). A junção de estrutura legal voltada para a centralidade do presidente, a inexistência de contrapesos institucionais no CSN e a concentração das atividades da chancelaria na figura ministerial permitiu a execução da política externa sem grandes disputas internas. Identifica-se, portanto, a dispensa da necessidade de negociações internas apontada como fator de contenção da atuação externa (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009).

A política externa de Geisel caracterizou-se pelo realinhamento de estratégias para países em desenvolvimento. Paralelamente, houve a diversificação de parcerias em relação aos países desenvolvidos. Em relação à América do Sul, o país mostrava desproporção econômica e militar em relação a seus vizinhos<sup>10</sup>, havendo o reconhecimento disso pelos tomadores de decisão (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997; SPEKTOR, 2010). No campo dos empreendimentos diplomáticos, a ação para o entorno regional orientou-se por dois eixos. Em relação aos países da Bacia do Rio da Prata, a atuação brasileira era pautada pela disputa geopolítica com a Argentina e a necessidade de equacioná-la com os projetos brasileiros na região. A aproximação do Paraguai, contando em 1976 com o Tratado de Amizade e Cooperação, servia como contrapeso favorável em relação aos projetos de aproveitamento hidroelétrico. (BARRETO, 2006; LEITE, 2011). Não se buscou dirimir as diferenças com a Argentina, havendo uso de capacidades expressas de comércio e investimento para atrair Uruguai e Paraguai. (SPEKTOR, 2002; LIMA, 2013)

O reflexo das relações atribuladas com a Argentina se encontra nas relações com a região amazônica. Houve investimentos oficiais brasileiros na Bolívia e no Peru, além do rápido reconhecimento da independência do Suriname, em 1975 (BARRETO, 2006). Em 1978, após iniciativa brasileira, foi elaborado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que assegurava o uso soberano dos recursos amazônicos às partes contratantes. A medida está ligada à dinâmica na Bacia do Rio da Prata, uma vez que susta a perspectiva argentina da consulta prévia compulsória para uso de recursos hídricos compartilhados, estratégia adotada para impedir o a execução do projeto brasileiro em Itaipu.

A África teve grande importância ao conjugar possibilidades de expansão das relações econômicas brasileiras por meio da compra de petróleo e a venda de bens manufaturados, e um setor político dinâmico, especialmente no tocante ao processo de descolonização dos territórios portugueses no continente. A relevância da região é evidenciada pelo plano de expansão diplomática feito pelo MRE em 1974, no qual às seis embaixadas existentes seriam acrescidas cinco, cobrindo cumulativamente trinta e nove países (DÁVILA, 2011).

A reversão da posição brasileira em relação ao colonialismo português, principalmente em Angola, além de retirar resistências ao Brasil no continente, era considerada relevante para a segurança da fronteira marítima brasileira. Junto daquela com Moçambique, a aproximação serviu ainda para incentivar a exportação de produtos manufaturados brasileiros (PINHEIRO, 2007; DÁVILA, 2011). O processo de tomada de decisão do reconhecimento de Angola, sob um regime de inspiração marxista,

10. Ao longo da década de 1970, o PIB brasileiro saltou de 36,4% para 51,1% do produto regional. O marco de 50% do PIB sul-americano foi ultrapassado em 1976. A participação argentina, segundo maior PIB da região, declinou de 27,1% para 15,7. A liderança brasileira no número de efetivos militares é menos expressiva, com média de 38% dos efetivos na região. A Colômbia, segundo lugar ao longo do período, vai de 20,7% para 16,6% do total sul-americano. O único indicador no qual o Brasil perde a liderança é o de gastos militares. O país é responsável por 37% dos gastos sul-americanos no início da década, e termina em 32%, empatado com a Argentina.

sublinha a centralização na política externa do período. Ciente da presença cubana e soviética no país, Geisel, com auxílio do MRE, não divulgou tais informações e alienou os ministérios do Exército e da Casa Militar da decisão (FROTA, 2006; ABREU, 1979).

A política externa para os países asiáticos contou com dois movimentos centrais: o reconhecimento da República Popular da China (RPC) e a intensificação das relações com os países árabes. A política para a Ásia teve ainda relações especiais com o Japão, no contexto de realinhamento da interação com países desenvolvidos.

Desde 1952 o Brasil mantinha relações diplomáticas com a República da China - Taiwan. A decisão é mantida até o início da década de 1970, quando iniciativas da RPC, como a não assinatura do Tratado de Não Proliferação e defesa do estabelecimento do mar territorial em 200 milhas náuticas, se aproximam das brasileiras. A *détente* também leva à aproximação entre China e Estados Unidos no início da década (PINHEIRO, 1993; SCHULZINGER, 2008). Houve diferenças de perspectiva entre os indivíduos envolvidos no processo de tomada de decisão – Geisel enfatiza a primazia dos interesses comerciais, enquanto Silveira e Abreu colocam a China como ator político indispensável para o projeto brasileiro de projeção global (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997; SPEKTOR, 2010; ABREU, 1979).

A elevação dos preços do petróleo teve alto impacto nas contas nacionais<sup>11</sup> e justifica a nova relação com países árabes. “Em 1974, o Brasil era o maior importador de petróleo entre os países em desenvolvimento e o sétimo em escala mundial, sendo necessários 40% das exportações brasileiras para pagar a importação somente deste produto.” (FARES, 2007, p. 131). Buscou-se boas relações com os países árabes, principais exportadores do produto para o Brasil e principais articuladores do embargo na produção, para evitar restrições às vendas para o Brasil e, se possível, melhorar as condições de compra. Para tal, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein, o Catar e o Omã (BARRETO, 2006). As relações com o Iraque se tornaram centrais devido à possibilidade de ampliação das compras de petróleo em troca da exportação de bens manufaturados e serviços brasileiros para o país. Foi estabelecido um tipo de comércio compensado entre os dois países, o que transformou o Iraque em um dos principais parceiros econômicos do Brasil no período (FARES, 2007).

No âmbito multilateral, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de 1974, o Brasil votou favoravelmente à requisição do status de observador feita pela Organização para a Libertação da Palestina. Houve ainda o voto favorável à Resolução 3379 da AGNU em 1975, que classifica o sionismo como racismo. A medida agradou aos países árabes; sua propriedade, contudo, foi uma versão gestada *a posteriori*, já que as evidências indicam falha no levantamento das informações e na coordenação entre as instâncias decisórias, ressaltando a centralidade do presidente na tomada de decisão – optou-se pelo voto favorável após falha de diagnóstico da missão brasileira junto à ONU, que previa a não aprovação da resolução em instâncias prévias (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997; SPEKTOR, 2010). Ordem presidencial, contrária à orientação do ministro

11. As faturas nas contas de 'combustíveis e lubrificantes' e 'matérias-primas' dobram de valor de 1973 e 1974 (SANTANA, 2003)

das Relações Exteriores e sem consulta aos demais membros do ministério, determinou a manutenção da posição brasileira (SPEKTOR, 2009; GÓES, 1978; ABREU, 1979).

A intensificação das relações com o Japão seguiu a linha da diversificação das parcerias com países desenvolvidos, também aplicada na Europa. A troca de visitas de chefes de Estado e a assinatura de acordos de cooperação para tecnologia siderúrgica e desenvolvimento agropecuário, pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), foram marcos principais.

As relações brasileiras com a Europa durante o período se concentraram na aproximação com o Reino Unido, a França e a Alemanha Ocidental. Os países desenvolvidos eram vistos como fiadores da ascensão política brasileira, fonte dos capitais necessários ao modelo de desenvolvimento brasileiro e fornecedores de tecnologia usada para o ganho de autonomia. A chamada ‘opção europeia’ servia como contrapeso às críticas sobre o suposto terceiro-mundismo da diplomacia brasileira do período (SARAIVA, 1990a).

A opção pela Europa como fonte de financiamento baseava-se no fato de que os ganhos dos países exportadores de petróleo estavam investidos em grande parte naquele continente, cujas leis bancárias permitiam maior flexibilidade nas aplicações. O resultado da política de atração de capitais disponíveis na Europa foi a elevação dos investimentos da região no país, de US\$ 1,7 bilhão em 1974 para US\$ 4,4 bilhões em 1978, um salto de mais de 150%, consubstanciado em convênios como o assinado com o Reino Unido, para a produção de aço no Brasil, e com a França, para a construção de usinas hidroelétricas (HERMANN, 2005<sup>a</sup>; SARAIVA, 1990b; BARRETO, 2006). A aproximação política, por meio do estabelecimento de memorandos de entendimento, foi menos efetiva (SPEKTOR, 2010).

A relação com a Alemanha Ocidental se destaca devido ao Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear de junho de 1975. No início da década, o Brasil fizera um acordo com a empresa estadunidense Westinghouse para a construção de usinas nucleares no país. Um reajuste na política de comércio tecnológico dos EUA em 1973 reduziu as concessões ao Brasil, tirando as garantias de fornecimento do combustível necessário para o funcionamento das futuras usinas. A forma do acordo passou a ser indesejável para o projeto brasileiro de desenvolvimento autônomo, levando à busca de novas opções para o programa nuclear (GASPARI, 2004).

A busca pelo desenvolvimento atômico era consensual nos meios militares e diplomáticos, e vista como fator essencial para a independência nacional, ainda que as opiniões sobre a eventual aplicação bélica sejam pouco nítidas, talvez intencionalmente. Segundo Geisel, os custos da resistência internacional ao programa nuclear brasileiro eram menores que aqueles do subdesenvolvimento e da dependência tecnológica, perspectiva ecoada pelos generais Frota e Abreu e pelo embaixador Baena Soares. (D’ARAÚJO, CASTRO; 1997; D’ARAÚJO et al. 2006; FROTA, 2006; ABREU, 1979).

França e Alemanha se afiguraram como possíveis parceiras para a busca brasileira em âmbito internacional. A Índia realizara há pouco seu primeiro teste nuclear, e era um parceiro na defesa do desenvolvimento

tecnológico autônomo do Terceiro Mundo, mas não tinha condições técnicas e políticas de trabalhar com o Brasil (LAMPREIA, 2010). As tratativas com a França não se concluíram e a iniciativa brasileira coincidiu com a necessidade alemã de ganhar escala em suas vendas no campo nuclear. Iniciou-se o processo de negociação secreta com a Alemanha, contando com a participação de poucos agentes brasileiros – a cúpula do MRE, a subsecretaria do CSN a cargo do general Hugo Abreu, técnicos do ministério de Minas e Energia e o senador Virgílio Távora, representando o Congresso Nacional (GASPARI, 2004; SPEKTOR, 2009). A negociação externa ficou a cargo do embaixador Paulo Nogueira Batista, como representante político, e do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, responsável pelo segmento técnico (LAMPREIA, 2010; ABREU, 1979; GÓES, 1978).

Em junho de 1975 foi assinado o acordo que previa desenvolvimento conjunto ou transferência completa de tecnologia, com previsão de tratativa posterior com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para supervisão antiproliferação bélica. Apesar das medidas que asseguravam o uso pacífico do material, o acordo levantou a suspeita de que o Brasil desse uso militar para a tecnologia, e houve pressão estadunidense para seu término. O acordo foi considerado uma ferramenta de indução de desenvolvimento econômico e tecnológico e de legitimação do regime militar, assim como um ato de afirmação soberana (BRASIL, 1975c; SPEKTOR, 2009; SARAIVA, 1990b)

As relações entre Brasil e Estados Unidos no período foram por vezes classificadas como conflituosas (CERVO; BUENO, 2008; VIZENTINI, 2004). Essa abordagem é discutível, já que houve tentativas de aproximação e parte das discordâncias possuíram maior repercussão simbólica do que fática. Uma caracterização mais precisa é a de interações descoordenadas, resultado da redução da dependência brasileira. Em termos econômicos, a preponderância dos bens manufaturados na estrutura de exportação brasileira expõe a falta de complementariedade das economias (LESSA, 1998a; SANTANA, 2003). Em termos militares, a indústria bélica brasileira estava próxima da autossuficiência, com capacidade exportadora. A criação do Programa Nacional de para a Exportação de Material de Emprego Militar (Pnemem) e da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) em 1975 exemplifica o quadro de autonomia virtual na produção de material militar. As iniciativas congregaram como empreendimento estatal diversas plantas fabricantes de material militar, levando ao desenvolvimento de equipamentos com alto grau de tecnologia em curto espaço de tempo (DORATIOTO, VIDIGAL, 2014, DELLAGNEZZE, 2008; MIYAMOTO, 1995). O controle estatal da fabricação de armamentos sinaliza razoável de capacidade de mobilização de recursos por parte do aparelho governamental. Essa característica é tratada pelas perspectivas realistas neoclássicas como uma das condições da autonomia e possibilidade de expansão da política externa (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009; ROSE, 1998)

As divergências entre Brasil e Estados Unidos se concentraram em duas áreas: nuclear e de direitos humanos. O acordo nuclear de 1975 levou os EUA a agir contra o instrumento por meio de pressão sobre a Alemanha; a ação, todavia, cessou após o acordo ganhar aval da AIEA. A

oposição estadunidense recrudesciu durante as eleições presidenciais de 1976, assim como logo após a vitória e a posse de Jimmy Carter, que se opunha à proliferação de tecnologia atômica. As pressões cederam após a Alemanha se recusar a alterar sua postura em relação ao acordo, e o Brasil dar sinais de que não conseguiria implementar com rapidez um programa nuclear com fins bélicos. Em meados de 1977, as divergências entre Brasil e Estados Unidos sobre o programa nuclear brasileiro eram poucas (SPEKTOR, 2009; LESSA, 1998).

Em relação aos direitos humanos, em 1976 o Congresso estadunidense aprovou a Emenda Harkin, condicionando a ajuda externa a avaliações da situação dos direitos humanos (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011). Em março de 1977, a embaixada estadunidense comunicou ao MRE que um relatório seria apresentado ao Congresso dos EUA, e condicionaria a aprovação de recursos para a cooperação militar com o Brasil. A medida levou o MRE a propor a denúncia dos acordos militares que sustentavam a assistência dos EUA, vigentes desde 1952 (SPEKTOR, 2010; GUERREIRO, 2010; D'ARAÚJO et al., 2006). A denúncia, gestada na chancelaria, teve respaldo da presidência, cabendo ao ministro-chefe da Casa Militar comunicar a decisão aos ministros da área, principais afetados (SPEKTOR, 2010; ABREU, 1979). A rapidez da decisão, tomada menos de dois dias após a comunicação dos EUA, e seu insulamento de outras instâncias interessadas, podem ser explicadas tanto pela centralização do processo de tomada de decisão em política externa quanto pela pouca importância material dos acordos denunciados. O baixo valor da cooperação, a obsolescência do material recebido, a virtual autossuficiência na produção de armamentos e a revitalização das ideias de busca de autonomia sustentaram a decisão brasileira (LESSA, 1998; D'ARAÚJO; CASTRO, 1997).

O ato deu ao presidente, acusado por oficiais subalternos de atender aos interesses estadunidenses pela flexibilização do mando militar, autoridade sobre a linha dura do regime e consolidou a narrativa sobre divergências entre os dois países na área militar: se no período, além do fim dos acordos, os EUA perderam importância como fornecedores de material bélico para o Brasil, a causa foi principal foi o crescimento da produção nacional de armamentos. Para concluir a invalidação da tese de afastamento, é relevante apontar que os EUA efetuaram vendas significativas de material militar no período, como a de caças F-5 nos anos de 1975 e 1976 (CHIRIO, 2012; SVARTMAN, 2011).

### Considerações finais

A pesquisa trabalhou com a hipótese, derivada da estrutura teórica realista neoclássica, de que a política externa brasileira da presidência Geisel teria sido consequência das possibilidades abertas pela aquisição brasileira de capacidades militares e econômicas. O país, dentro das limitações do sistema bipolar, teria aumentado sua margem de manobra no sistema internacional. Teriam auxiliado variáveis intervenientes como as características da estrutura brasileira de tomada de decisão em política externa.

Conforme o estruturalismo waltziano, a bipolaridade sistêmica permite que Estados de menor capacidade adotem condutas relativamente dissociadas daquelas dos polos do sistema sem maiores constrangimentos. Essa condição permissiva foi atestada em termos históricos pela autonomia de países em desenvolvimento, além da *Ostpolitik* e o gaulismo. A política externa brasileira no período Geisel se insere neste grupo, divergindo dos Estados Unidos em temas políticos, securitários e econômicos, sem resultar em aproximação da União Soviética. Para além da bipolaridade permissiva da expansão, houve aumento expressivo das capacidades econômicas e militares do Brasil. O crescimento populacional, militar e econômico levou à ampliação da atividade exterior do Brasil, conforme apontam indicadores e evidências históricas.

Ao longo do período o Brasil fortaleceu os laços com os Estados vizinhos da América do Sul por meio de aproximações bilaterais e multilaterais, com ênfase na região da Bacia do Rio da Prata. A compleição do objetivo de elevar e estabilizar a geração de energia com base em recursos compartilhados só não foi total porque o Brasil não foi capaz de superar a resistência argentina em relação a Itaipu, o que indica as limitações da expansão brasileira. A situação inconclusa do tópico não eclipsa a reversão da política da cordialidade oficial como indicador da influência do aumento das capacidades brasileiras no relacionamento com o país vizinho.

A política externa da presidência Geisel também apresentou ação orientada pela expansão material relativamente à 'opção europeia' e a aproximação do Japão. A intensificação das relações com países desenvolvidos buscou manter o influxo de investimentos necessários para manter o ritmo de desenvolvimento brasileiro, e foi possibilitada pelas possibilidades oferecidas por um país no fim de seu processo de industrialização, com mercado interno em crescimento. O acordo nuclear com a Alemanha em 1975 marca a política externa ampliada pelas capacidades materiais e voltada para a consolidação do desenvolvimento. A abertura da possibilidade de desenvolvimento autônomo de tecnologia nuclear bélica, apesar das afirmações em contrário e do acordo com AIEA, serve como evidência de possível expansão posterior.

A lógica de ampliação da atividade diplomática prevista pelo aumento das capacidades brasileiras fica patente na África e na Ásia. O estabelecimento de relações com Estados socialistas, como Angola e China, é parte da lógica maior de expansão<sup>12</sup>. O mesmo ocorre quanto à abertura de missões diplomáticas, tendo em vista que o Brasil expandiu sua presença em países cujos regimes se situavam em diversos pontos do espectro ideológico, de califados a repúblicas socialistas. A atividade brasileira em espaços ainda não ocupados é orientada pelas necessidades econômicas, como a manutenção dos fluxos de petróleo e a melhoria do balanço de pagamentos por meio da exportação de bens manufaturados e serviços. O pragmatismo alardeado pelos executores da política externa era uma necessidade de uma economia em rápido crescimento e, até então, relativamente confinada.

A expansão brasileira no Atlântico Sul, justificada por questões de segurança, ocorreu em um contexto no qual os principais Estados do

12. Servem de exemplo da lógica relativamente indiferente a regimes o estabelecimento de relações com o Suriname e o Níger

sistema estavam, ao menos diretamente, ausentes da área<sup>13</sup>, deixando espaço para a atuação de potências menores. A estabilidade de Angola interessava ao Brasil, independentemente de seu regime de governo. Para evitar o isolamento ou a radicalização de seu regime, uma vez que a manutenção do governo socialista parecia o cenário mais provável, preferiu-se garantir que o Brasil fosse interlocutor preferencial e mediador das relações angolanas com países ocidentais.

Conforme estabelecido pela hipótese, um nível maior de concentração no processo de tomada de decisão da política externa serve como fator catalisador da expansão, sentido para o qual as evidências apontam no caso. Os freios e contrapesos institucionais eram poucos, já que o Congresso Nacional, atuando somente *a posteriori*, poderia ter sua ação suspensa pelo poder Executivo. O Conselho de Segurança Nacional, que poderia oferecer opções ou resistência para a elaboração da política externa, baseava suas deliberações em dados do MRE, o que enviesava sua abordagem. Ademais, sua função de órgão consultivo era alterada pelo *modus operandi* presidencial, que o usava como fonte legitimadora de suas decisões. Restam, como atores institucionais relevantes, a presidência e o MRE, sendo que o segundo órgão estava subordinado ao primeiro.

A dinâmica destas instituições registra um segundo processo de centralização. A atuação do presidente Geisel nos temas de política externa foi intensa, incluindo atividades *ex officio*. Isso, em conjunto com a ampla gama de poderes por ele dispostos, o coloca como figura central da política externa do período. Processo semelhante ocorreu dentro do MRE. As reformas institucionais de Azeredo da Silveira elevaram o nível de controle ministerial, se somando à criação de órgãos deliberativos e grupos de trabalho informais diretamente ligados ao gabinete do ministro. Uma leitura de acordo com o modelo de política externa apresentado por Allison (1969) permite afirmar que havia pouca possibilidade de disputas intragovernamentais que alterassem o curso da política externa daquele pretendido pelo presidente. O restabelecimento das relações com a China serve como exemplo: nos órgãos deliberativos sobre política externa, a oposição à medida foi neutralizada pela ação prévia de Geisel. Em outros temas, o tamanho reduzido da base de consultas para a formulação da política externa auxiliou a implementação, como no caso do acordo nuclear com a Alemanha. A constatação vai ao encontro da predição feita pelo instrumental teórico realista neoclássico, segundo o qual um aparato de política externa concentrado facilita a execução de medidas.

A hipótese ofereceu uma leitura adequada da política externa brasileira executada durante a presidência de Ernesto Geisel. O Brasil passou, nos anos anteriores e durante o período estudado, por um processo de expansão das capacidades materiais, especialmente aquelas ligadas à produção econômica, que propiciou ao país tanto ganhos absolutos quanto melhora relativa de sua posição no sistema internacional. Este processo serviu como fator de impulsão para uma inserção externa mais ativa, com ampliação de presença diplomática, busca de novas parcerias para o desenvolvimento e execução de políticas não alinhadas com aquelas das superpotências. O contexto da *détente* permitiu que os Estados dotados de menos capacidades agissem com mais autonomia, sem que suas divergên-

13. O envolvimento estadunidense e soviético em Angola foi essencialmente material e, quando contou com a participação de recursos humanos, se deu de forma secreta.

cias com os Estados centrais se tornassem problemas para a manutenção da lógica sistêmica. As grandes linhas da política externa se enquadram na previsão de expansão e busca pela autonomia oriunda dos pressupostos do realismo neoclássico.

A análise do processo de decisão em política externa do Brasil sustenta o postulado inicial da pesquisa em relação ao formato institucional enquanto variável interveniente relevante. A estrutura institucional do processo de decisão em política externa, fortemente concentrada na presidência da República e na chefia do MRE, somada aos constrangimentos do regime autocrático – limitação das possibilidades de oposição, restrições no funcionamento do Congresso Nacional – propiciou a execução desimpedida de medidas potencialmente controversas para os atores internos, seja pelas implicações ideológicas, seja pelos custos financeiros elevados.

O estudo, além de contribuir para o aumento da integração entre a Teoria das Relações Internacionais e a Análise de Política Externa, abre caminho para maiores explorações do tema. A abordagem sistêmica usada para a leitura dos muitos acontecimentos da política externa do governo Geisel mostrou ser pertinente e as evidências apontam para a relevância de processos que antecederam o governo Geisel, como o período de vigoroso crescimento econômico entre as décadas de 1960 e 1970 e o ganho de poder da ala nacionalista no governo. Houve, ainda, atos que prefiguraram a busca pela autonomia no período imediatamente anterior ao estudado, como a recusa brasileira em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear de 1968. A propriedade do estudo da política externa brasileira do período pelo prisma realista neoclássico aponta para a possibilidade de expansão do escopo temporal do estudo, com vistas a cobrir o processo brasileiro de acúmulo de capacidades em sua inteireza e suas consequências para além do intervalo entre 1974 e 1979.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- ALLISON, Graham T. Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis. **The American Political Science Review**, v. 63, n. 3, p. 689-718, 1969.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTREAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. **Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.
- BARRETO, Fernando de Mello. **Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, vol:1 1964- 1985**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BOZO, Frédéric. France, Gaulism and the Cold War. In: LEFFLER, Melvin P; WESTAD, Odd Arne (Org.). **The Cambridge history of the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. v.2.
- BRANDS, Hal. Third world politics in an age of global turmoil: the Latin American Challenge to U.S and Western Hegemony (1965-1975). **Diplomatic History**, v. 32, n. 1, p 105-138, 2008
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Ata da trigésima sétima consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Brasília: BIT, 1974. Disponível em: <<http://bit.ly/1d0jPBH>> Acesso em: 16 set. 2013.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Ata da trigésima oitava consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Brasília: BIT, 1975a. Disponível em: <<http://bit.ly/1J2PyjA>> Acesso em: 16 set. 2013.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Ata da trigésima nona consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Brasília: BIT, 1975b. Disponível em: <<http://bit.ly/1SCXfA0>> Acesso em: 16 set. 2013.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Ata da quadragésima primeira consulta ao Conselho de Segurança Nacional**. Brasília: BIT, 1975c. Disponível em: <<http://bit.ly/1FhnKla>> Acesso em: 16 set. 2013.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Ato institucional Nº 5**. Brasília: BIT, 1968. Disponível em: <<http://bit.ly/1SCXqel>> Acesso em: 16 set. 2013.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto Legislativo Nº 85, de 1975**. Brasília: BIT, 1975d. Disponível em: <<http://bit.ly/1d0kl2P>> Acesso em: 23 set. 2013.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Emenda Constitucional Nº 1**. Brasília: BIT, 1969. Disponível em: <<http://bit.ly/1LJraRE>> Acesso em: 13 set. 2013.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei Nº 3917 de 14 de julho de 1961**. Brasília: BIT, 1961. Disponível em: <<http://bit.ly/1Qb5JKB>> Acesso em: 15 set. 2013.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da organização do ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo. **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008

CUNHA, Raphael Coutinho da.; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 54, n. 2, p 46-69, 2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (Org.). **João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DELLAGNEZZE, René. **200 anos da indústria de defesa no Brasil**. [S. l.]: Ambito Jurídico, 2008. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2652](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2652)> Acesso em: 17 out. 2013.

DONNELLY, Jack. The discourse of anarchy in IR. **International Theory**, v. 7, n. 3, p 393-425, 2015.

DREIFUSS, René Armand; DULCI, Octavio Soares. As forças armadas e a política. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo. **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo **história das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista brasileira de política internacional**, v. 50, n. 2, p 129-145, 2007.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

FREY, Karsten. **India's Nuclear Bomb and National Security**. New York: Routledge, 2006.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GASPARI, Élio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

- GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Ramiro Saraiva Guerreiro** (depoimento, 1985). Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a.
- HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o 'milagre econômico' (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b.
- HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. London: Palgrave Macmillan, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSON, John M. LAWSON, George. What is history in international relations?. **Millenium: Journal of international studies**, v. 37, n. 2, p 415-435, 2008.
- HUDSON, Valerie M. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2007.
- KITCHEN, Nicholas. Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation. **Review of International Studies**, v. 36, n. 1, p 117-143, 2010
- KUSHNIR, Ivan. **Gross Domestic Product (GDP) of USSR, 1970-1990**. [S. l.]: BIT, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1FPjgGq>> Acesso em: 06 jun. 2013.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. **Luiz Felipe Lampreia (depoimento, 2008)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- LEFFLER; Melvin P.; PAINTER, David S. **Origins of the Cold War: an international history**. New York: Routledge, 2005.
- LEFFLER, Melvin P; WESTAD, Odd Arne (Org.). **The Cambridge History of the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- LESSA, Antonio Carlos. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 38, n.1, p. 24-39, 1995.
- LESSA, Antônio Carlos. A vertente perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974 – 1979). **Revista de informação legislativa**. Brasília, v. 35, n. 137, p. 69-82, 1998a.
- LESSA, Antonio Carlos. Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979). **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 34, n.133, p. 73-81, 1997.
- LESSA, Antonio Carlos. Relações Brasil - América Latina durante o governo Geisel: discussão sobre o projeto hegemônico brasileiro (1974-1979). **Revista Anos 90, Porto Alegre**, v. 10, p. 2, 1998b.
- LIGIERO, Luiz Fernando **A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?** Brasília: FUNAG, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares de. **The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu**. Brasília: FUNAG, 2013 .
- LIMA, Maria Regina Soares de; KFURI, Regina. Política externa da Venezuela e relações com o Brasil. **Papeis legislativos**, n. 6, p. 1-15, 2007.
- LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. **Neoclassical realism, the state and foreign policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MELO, Ovídio. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Geisel (1974 – 1979). **Revista Século XXI**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 11 – 29, 2011.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

- MOCKLI, Daniel. **European foreign policy during the Cold War: Heath, Bradnt, pompidou and the short dream of political unity.** London: Tauris, 2008.
- NORRIS, Robert S; KRISTENSEN, Hans M. Global Nuclear Stockpiles 1945 – 2006. **Bulletin of Atomic Scientists**, v. 62, n. 64, p 64- 66, 2006.
- ONEA, Tudor. Putting the ‘classical’ in Neoclassical Realism: Neoclassical Realist Theories and US Expansion in the Post-Cold War. **International Relations**, v. 26, n. 2, p 139-164, 2012.
- PINHEIRO, Letícia. Ao vencedor, as batatas: o reconhecimento da independência de Angola. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, n. 39, p. 83-120, 2007.
- PINHEIRO, Letícia. **Foreign policy decision under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry.** 1994. 353f. Tese (Doutorado) – London School of Economics, Department of International Relations, London, 1994.
- PINHEIRO, Letícia. O restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p 274- 270, 1993.
- ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World Politics**, Cambridge, v. 51, n. 1, Oct. 1998.
- SANTANA, Ivo de. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 1970 a 1990. **Contexto Internacional**, v 25, n. 1, p 139-195, 2003.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.) **Relações Internacionais: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias).** Brasília: IBRI, 2001.
- SARAIVA, Miriam Gomes. A opção europeia e o projeto de Brasil Potência Emergente. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, n. 11, p 95-177, 1990a.
- SARAIVA, Miriam Gomes. **A opção europeia nos marcos do pragmatismo responsável.** 1990. 179f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 1990b.
- SCHULZINGER, Robert D. **U.S. Diplomacy since 1900.** Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SCHWELLER, Randall. The progressiveness of neoclassical realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. **Progress in international relations theory.** Cambridge: MIT Press, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil 1964-85.** New York: Oxford University Press, 1988.
- SLANTCHEV, Branislav L. **National Security Strategy: the rise and fall of Détente.** [S. l.]: BIT, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1HwYZSz>> Acesso em: 20 jun. 2013.
- SPEKTOR, Mathias (Org.). **Azeredo da Silveira: um depoimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- SPKETOR, Matias. **Kissinger e o Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo Geisel (1974-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, n.1, p 117-145, 2002.
- SPEKTOR, Mathias. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 47, n. 2, p. 191-222, 2004.
- STATE. Department of State **World Military Expenditures and Arms Transfers.** São Paulo: ACDA Publication, 1982.
- STERLING-FOLKER, Jennifer. Realist environment, liberal process, and domestic-level variables. **International Studies Quarterly** 41, Malden, n.1, p. 1-25, mar. 1997.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Brazil-United States military relations during Cold War: political dynamic and arms transfers. **Brazilian Political Science Review**, v. 5, n. 2, p. 75- 93, 2011.
- TALIAFERRO Jeffrey W. Neoclassical realism and resource extraction: state building for future war. In: LOBELL, Steven E.; RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. **Neoclassical realism, the state and foreign policy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- THIES, Cameron G. A Pragmatic Guide to Qualitative Historical Analysis in the Study of International Relations. **International Studies Perspectives**, v. 3, n. 4, p. 351- 372, 2002
- TUCKER, Spencer C (Ed.). **The encyclopedia of Cold War: a political, social and military history.** Santa Barbara: ABC-Clio, 2007.
- VAN EVERA, Stephen. **Guide to methodes for students of political science.** Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WALSH, David M. **The military balance in Cold War: U.S. perceptions and policy 1976- 1985**. Oxford: Routledge Custom Publishing, 2007.

WALTZ, Kenneth Neal. International Politics is not Foreign Policy. **Security Studies**, v. 6, n. 1, p 54- 57, 1996.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WATSON, Adam. **The evolution of international society: a comparative historical analysis**. London: Routledge, 1992.

WORLD DEVELOPMENT INDICATORS. [S. 1.]: BIT, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1aS5CmL>> Acesso em: 06 jun. 2013.

WOHLFORTH, William C. A Certain Idea of Science: How International Relations Theory Avoids Reviewing the Cold War. In: WESTAD, Odd Arne (Org.) **Reviewing the Cold War. Approaches, Interpretations, Theory**. London: Frank Cass Publishers, 2000.